

AGRESSÃO

MP agrava situação de Pedro Turra

Encaminhamento do inquérito ao Tribunal do Júri reforça entendimento de dolo eventual na morte do adolescente Rodrigo Castanheira e leva ex-piloto a responder por homicídio. Família da vítima quer aprofundamento da investigação

» PAULO GONTIJO
» ANA CAROLINA ALVES
» ANA MARIA CAMPOS

O trabalho do Ministério Pú- blico do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) mu- dou o rumo do caso que en- volve a morte do adolescente Rodrigo Castanheira, de 16 anos. A Pro- motoria de Justiça Criminal de Taguatinga encaminhou o inquérito que investiga as agressões cometidas pelo ex-piloto de Fórmula Delta Pedro Turra, de 19 anos, para a 1ª Promotoria Criminal e do Júri de Águas Claras, ao entender que, no mínimo, houve dolo eventual, quando o agente não deseja diretamente um resultado criminoso, mas assume o risco de matar. Procurada pela reportagem, a defesa de Pedro Turra não se manifestou até o fechamento desta edição.

O encaminhamento ocorre após a confirmação da morte de Rodrigo, no sábado, depois de 16 dias internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Brasília Águas Claras. O adolescente não resistiu às complicações de um traumatismo crâniano severo, sofrido durante a agressão na madrugada de 23 de janeiro, na saída de uma festa, em Vicente Pires.

Com a avaliação do Ministério Pú- blico, Pedro Turra deixa de res- ponder por lesão corporal gravís- sima e passa a ser investigado por homicídio, o que deve alterar radicalmente o desfecho penal do caso. Agora, caberá à Promotoria do Júri analisar o enquadramento definitivo da conduta e oferecer a denúncia, que pode ser por homicídio com dolo direto, quando há intenção clara de matar, ou por homicídio com dolo eventual, entendimento preliminar adotado pela Promotoria Criminal de Taguatinga. Existe, ainda, a possibilidade de o caso ser devolvido a uma Promotoria Criminal, caso se entenda que houve apenas lesão corporal seguida de morte.

A diferença entre as tipificações é considerável. No caso de homi- cídio doloso, a pena pode chegar a 30 anos de prisão, em regime inicial fechado, e o julgamento ocorre no Tribunal do Júri, por um corpo de jurados. Na hipótese de lesão cor- poral seguida de morte, a pena má- xima é de 12 anos, aplicada por um juiz de vara criminal.

Esforços

Após as agressões, Rodrigo Cas- tanheira foi socorrido por amigos e deu entrada no Hospital Brasília Águas. Exames apontaram o rom- pimento de uma artéria no crânio, o que exigiu uma cirurgia de emer- gência para drenagem de sangue. Apesar dos esforços médicos, o ado- lescente permaneceu em coma, en- tubado e sem respostas neurológicas significativas.

Durante a internação, sofreu uma parada cardíaca de 12 minutos, agravando ainda mais o quadro clínico. Após 16 dias de luta pela vida, a morte cerebral foi confirmada na manhã de 7 de fevereiro. Nesse período, familiares, amigos e pes- soas que sequer conheciam o jovem se mobilizaram em vigílias, orações coletivas e campanhas de doação de sangue. O nome de Rodrigo pas- sou a simbolizar, para muitos, a vul- nerabilidade de jovens diante da es- calada da violência.

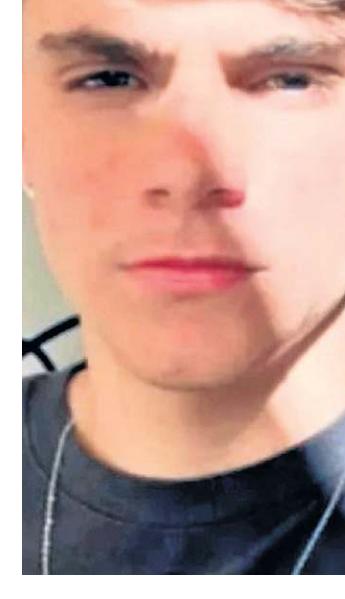
A repercussão do caso aumentou com a divulgação de vídeos gravados no momento da agressão. As ima- gens, que mostram o adolescente



PCDF investiga, por omissão de socorro, testemunhas que filmaram a violência em vez de ajudar a vítima



Pedro Turra passa a ser investigado por homicídio



Rodrigo Castanheira morreu após 16 dias internado



Familares e amigos soltaram balões brancos durante despedida ao adolescente, no domingo

sendo espancado enquanto outras pessoas assistem sem intervir, pa- saram a integrar o inquérito policial.

Para a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), além da agressão em si, a omissão de socorro tam- bém se tornou objeto de apuração. O comportamento de testemunhas que preferiram filmar a violência, em vez de ajudar a vítima, levantou questionamentos sobre a banaliza- ção da brutalidade e a cultura de ex- posição nas redes sociais.

Apuração

Rodrigo é descrito por amigos e familiares como um adolescente educado, carinhoso, muito ligado à família e querido no círculo social. O sonho do jovem era se tornar jogador de futebol. O advogado da família,

Albert Halex, defende o aprofunda- mento das investigações. Em nota di- vulgada à imprensa, ele afirmou que é fundamental esclarecer completa- mente as circunstâncias da morte do adolescente, inclusive quanto à pos- sível participação de outras pessoas no crime.

Halex acredita que a investiga- ção deve avançar para além do au- tor das agressões. Segundo ele, as pessoas que acompanhavam Pedro Turra no momento do crime teriam atuado de forma coordenada, ofere- cendo suporte material e físico antes, durante e após o ataque. "Eles saem em bando. Pedro bate, eles gravam. Se Pedro toma um soco ou qualquer reação, eles entram na briga. Isso, pa- ra mim, é covardia, e essas pessoas precisam ser responsabilizadas na mesma conduta", declarou.

Para o advogado, o ataque ao adolescente teria sido premeditado, motivado por ciúmes de uma ex-namorada de Pedro Turra, também pi- loto, e não por causa de um chiclete arremessado contra um amigo de Rodrigo, como disse o acusado. Por isso, Halex defende que medi- das como a quebra de sigilo telefônico são essenciais para garantir uma apuração rigorosa.

Eles esclareceram, ainda, que Rodri- go nunca havia registrado queixas ou relatos formais junto à escola antes do episódio de violência. De acordo com ele, eventuais desentendimen- tos anteriores não indicavam risco real de um desfecho trágico nem justificavam qualquer intervenção prévia da instituição de ensino.

O Colégio Vitoria Régia, onde

Rodrigo estudava, divulgou uma nota pedindo cautela diante das in- formações que circulam nas redes sociais. A instituição ressaltou que não há conclusões oficiais sobre o caso e que cabe exclusivamente à polícia investigar os fatos e à Justi- ça julgá-los.

No comunicado, a escola destaca que não exerce função investi- gativa nem tem poder de julgamen- to, e que conclusões precipitadas apenas alimentam acusações e dis- cursos de ódio. A direção informou que, durante todo o período em que Rodrigo esteve matriculado, nunca houve registros de conflitos ou des- entendimentos junto à capelania, ao serviço de orientação educacio- nal ou à direção.

A instituição descreveu o adoles- cente como um aluno bem relacio- nado, querido por professores e co- legas, e afirmou que a família sem- pre se mostrou presente, sem jamais procurar a escola para tratar de situa- ções dessa natureza.

Comoção

A morte de Rodrigo segue provo- cando indignação e profunda como- ção. Em entrevista exclusiva ao Cor- reio, Flávio Fleury, tio do adolescen- te, falou sobre a dimensão da perda. Segundo ele, a dor ultrapassa os li- mites da família e atinge todos que acompanharam a história do jovem.

"A lembrança daquele menino, que sempre trazia alegria e energia e contagia qualquer ambiente, causa uma dor profunda", disse. O familiar também destacou o sofrimen- to dos pais e da irmã de Rodri- go e classificou como "dilacerante" a possibilidade de os responsáveis pela agressão retomarem suas vi- das normalmente.

Etapas do processo

Conclusão do inquérito

» A Polícia Civil conclui o inquérito policial e encaminha o relatório final ao Ministério Pú- blico.

Análise do MP

» O Ministério Pú- blico pode arquivar o caso, solicitar novas diligências ou oferecer denúncia à Justiça, conforme o entendimento sobre os fatos e as provas reunidas.

Revisão criminal

» Caso haja divergência sobre o enquadramento do crime, o procedimento pode passar por uma instância de revisão dentro do próprio MP.

Oferecimento da denúncia

» Após a denúncia ser apresentada, o processo é distribuído e começa a tramitação no Judiciário.

Atuação do juiz

» O juiz analisa a denúncia, ouve as partes e avalia as provas reunidas ao longo do processo.

Decisão

» Com base nessa análise, o magistrado decide se pronuncia o réu, levando o caso a julgamento pelo Tribunal do Júri, ou se entende que não há elementos suficientes para isso, adotando outra medida prevista em lei.

"Um deles está preso, mas, mesmo assim, um dia poderá abraçar a própria mãe novamente. A mãe do Rodrigo jamais sentirá o cheiro do filho outra vez. A irmã não terá mais o irmão ao lado, e o pai perdeu a chance de acompanhar o crescimento dele", afirmou.

Flávio cobrou responsabiliza- ção de todos os envolvidos e re- forçou a necessidade de uma in- vestigação rigorosa. "É crucial que os outros participantes não sejam esquecidos. Desejo que cada pai e cada mãe tenham a certeza de que seus filhos retornarão para casa em segurança."

Agressão

Na madrugada de 23 de janeiro, Rodrigo foi agredido na saída de uma festa em Vicente Pires. Ainda pela manhã, Pedro Turra foi pre- so em flagrante, mas acabou libe- rado após o pagamento de fiança de R\$ 24,3 mil. Diante da gravida- de do estado de saúde da vítima e do risco à ordem pública, a Justi- ça decretou, em 29 de janeiro, a pri- são preventiva do agressor, que foi detido na casa da mãe.

Pedidos de habeas corpus apre- sentados pela defesa ao Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJ- DFT) e ao Superior Tribunal de Justi- ça (STJ) foram negados. No sistema prisional, Turra foi transferido para uma cela individual após ale- gações de risco à integridade física.

Com a confirmação da morte cerebral de Rodrigo, em 7 de fevereiro, as autoridades iniciaram a re- visão da tipificação do crime, ago- ria sob análise do Tribunal do Júri.

Leia mais na página 14.